

Para a aula de 25 de outubro de 2014-10-24

O MUNDO IDEAL DE IMMANUEL KANT
(1) A ASTÚCIA DA RAZÃO

Olavo de Carvalho

Em “A Idéia de uma História Universal com um Propósito Cosmopolita”,¹ Kant esboça uma interpretação geral do curso da história universal, da qual deduzirá, em escritos subsequentes, um projeto de reforma abrangente não só dos Estados, mas da ordem internacional e da civilização como um todo.

A criação dos meios para a consecução do seu projeto é a preocupação constante que orienta todos os seus trabalhos mas “técnicos” de filosofia. “A Idéia de uma História Universal” é de 1784, posterior de três anos à *Crítica da Razão Pura* e anterior de três à segunda *Crítica* onde Kant subordinará toda especulação teórica aos fins da prática. Isso revela que o filósofo, na plena posse madura do seu pensamento, continuava não só fiel ao objetivo traçado em 1862, mas decidido a implementá-lo em planos mais detalhados.

A expressão “astúcia da razão” é de Hegel, mas, como veremos neste parágrafo, o conceito já estava dado claramente em Kant.

Ele começa por observar que a variedade inabarcável e aparentemente caótica das vontades individuais pode dar a impressão de imprevisibilidade, mas que por trás dela operam “leis naturais constantes”, de modo similar ao que acontece no estudo das alterações atmosféricas, “cuja previsão não é possível determinar com antecedência em cada caso singular, mas que no seu conjunto não deixam de manter num curso homogêneo e ininterrupto o crescimento das plantas e outros arranjos naturais”.

Presos aos seus objetivos individuais, os homens “e até os povos inteiros” não se dão conta de como suas ações aparentemente descontraídas “seguem imperceptivelmente, como fio condutor, a intenção da natureza”.

¹ “Ideen zu einer allgemeinen Geschichte in Weltbürgerlichen Ansicht”, *Kants Werke*, vol. VI, *Schriften zur Anthropologie, Geschichtsphilosophie und Pädagogik*, Frankfurt-am-Main, 1964, pp. 33-50.

Com freqüência, senão sempre, essas ações não somente são desencontradas e inconexas, mas determinadas por pura “loucura e vaidade infantil”, quando não por “infantil maldade e ânsia destruidora”. Se há, portanto, uma racionalidade profunda por trás desse caos, ela não depende de nenhuma premeditação humana mas de “um determinado plano da natureza”. Para prová-lo, Kant oferece nove proposições.

Primeira: As disposições naturais de cada criatura tendem a desenvolver-se, algum dia, de modo completo. “ Se renunciarmos a esse princípio, já não temos uma natureza regular, mas antes uma natureza sem finalidade”.

Como Kant, mais tarde,² dirá que o objetivo de todo o “plano da natureza” é o desenvolvimento completo da capacidade racional de cada ser humano, só podemos compreender que a razão dos indivíduos não vem como um dom natural pronto, mas, ao contrário, surge lentamente do entrelaço de loucuras e desvios guiados de maneira inconsciente e imperceptível pela racionalidade superior e secreta de um “plano da natureza”.

Segunda: Em contraste com a apologia da razão individual que apresentará poucos meses depois em “Que é o Iluminismo”, Kant afirma que no homem a disposição para o uso da razão “só se desenvolve integralmente na espécie e não no indivíduo”. A tese contrasta flagrantemente com a de Reinhold Niebuhr em *O Homem Moral e a Sociedade Imoral*,³ amplamente confirmada pela experiência histórica, segundo a qual indivíduos humanos alcançam um nível de consciência e de moralidade muito superior, em geral, não só ao da sua sociedade, como também ao de qualquer sociedade conhecida.

Mas Kant argumenta que a razão “não atua de modo instintivo”, mas precisa de tentativas e erros, de exercício e de aprendizagem. Para aprender a usar com perfeição a sua disposição natural, “cada homem teria de viver um tempo imensuravelmente longo”. O desenvolvimento da razão, por isso, necessita de “uma série talvez incontável de gerações, das quais uma transmite à outra os seus conhecimentos”. A tese coincide com aquilo que veio a se tornar a crença do senso comum no “progresso do conhecimento”. Mas “progresso do conhecimento” não é nenhum fato objetivo. Não é nem mesmo um conceito racional. É uma figura de linguagem, uma metonímia: o que progride, ou melhor, aumenta, é o número de registros materiais dos conhecimentos adquiridos – sobretudo na forma de bibliotecas e arquivos -- e o número de pessoas que têm acesso a esse material. Nada garante que o membro individual de uma geração

² “Uma Resposta à Questão: ‘Que é o Iluminismo?’”, também de 1784. V. mais adiante.

³ *Moral Man and Immoral Society: A Study in Ethics and Politics*, New York, Scribner’s, 1960.

subseqüente possua efetivamente “mas conhecimento” que o da geração anterior. Se fosse assim, qualquer estudante universitário do tempo de Kant saberia mais que Leibniz, e o de hoje, mais que Kant. O acúmulo dos meios disponíveis não produz automaticamente o aumento da capacidade individual de absorver conhecimento. Por outro lado, se existe uma multidão de registros espalhados em milhões de arquivos diferentes a que nenhum indivíduo ou grupo de estudiosos tem jamais acesso na sua totalidade, o que aumentou não é o conhecimento, mas o número de objetos a conhecer. No campo das ciências naturais, por exemplo, os seres da natureza, que a ciência das gerações anteriores buscava decifrar, transmutou-se em inumeráveis objetos de criação humana - objetos culturais -, que por sua vez terão de ser decifrados um a um, e nada garante que o tecido da cultura humana, com toda a sua abrangência e complexidade, seja mais claro ou mais compreensível do que a própria natureza. Sobretudo se consideramos que a produção desses objetos, como tudo o mais na ação humana, não passa, segundo o próprio Kant, de “um tecido de vaidade e loucura”.

Para piorar as coisas, se a limitada capacidade de aprendizado e a breve duração da sua vida estreitam seriamente as possibilidades de evolução da racionalidade individual, o aumento do número de registros disponíveis, em vez de contribuir para o aperfeiçoamento da racionalidade individual, criará, para cada nova geração, obstáculos cada vez mais intransponíveis. Daí o fenômeno, assinalado por Jean Fourastié,⁴ do “progresso do esquecimento” que acompanha necessariamente o crescimento do número de registros.

Terceira proposição: Como o homem não desfruta de nenhuma felicidade ou perfeição exceto aquela que, libertando-se do instinto, ele criou para si mesmo mediante o uso da razão, torna-se claro que o império final da razão, entremeado no subsolo da História como plano secreto da natureza, só estará pronto e disponível para “as últimas gerações”, que se beneficiam dos trabalhos de “uma longa série dos seus antepassados”.

É curioso que Kant tenha alegado contra as primeiras hipóteses evolucionistas o obstáculo da regressão infinita, na qual ele mesmo tropeça nesse parágrafo sob o aspecto inverso de progressão infinita. Pois, das duas uma: ou Kant tem alguma idéia aproximada da data do fim da História, e pode com autoridade falar de “últimas gerações”, ou as gerações supostamente últimas não serão senão mais um elo da cadeia infundável dos “antepassados” que criam inconscientemente o império da razão sem poder beneficiar-se dele.

Quarta: O ser humano é movido por duas tendências antagônicas e inseparáveis: a sociabilidade e a insociabilidade; a

⁴ *Les Condition de l'Esprit Scientifique.*, Paris. Galimard, 1976.

ânsia de juntar-se aos semelhantes e a de impor-se a eles em busca de honras e vantagens egoístas. Do seu conflito permanente e insanável nasce a necessidade e depois a possibilidade da sociedade moral racional.

Esta é decerto a mais misteriosa das nove proposições. Se o plano da natureza é levar os homens à ordem racional, por que tinha de fazê-lo pelo artifício tortuoso de infundir neles toda sorte de impulsos irracionais -- até a “violência pueril” — para daí extrair, no curso de uma evolução cruelmente longa, de guerras e conflitos sem fim, e por meios que permanecem inexplicados, o advento da sociedade racional da qual estarão excluídos todos os homens que se esforçaram para alcançar esse resultado?

Quinta: A criação de uma sociedade ordenada pelo direito é a finalidade visada pela natureza ao longo da história humana por meio de uma “insociabilidade forçada a disciplinar-se”. Em tal sociedade, os homens dispõem da máxima liberdade possível dentro dos limites impostos por “um poder irresistível”.

Que o homem insociável, se quer obter vantagens, seja obrigado a adotar alguma disciplina racional, é algo de que ninguém pode duvidar. Mas Kant não nos explica por que ele deveria disciplinar-se no sentido da maior sociabilidade em vez de fazê-lo tão-somente em vista de obter a vitória mais fácil contra os seus semelhantes. Hobbes, que toma igualmente a insociabilidade como premissa, entende ao menos que essa conversão da *razão instrumental* em *razão ética* não pode operar-se espontaneamente por uma mágica da natureza, mas requer a intervenção deliberada de um poder regulador. Se a natureza é poderosa ao ponto de guiar os homens inconscientemente em direção a fins que eles ignoram, mas é impotente para sugerir a um deles a idéia do Leviatã hobbesiano, não se vê como do livre jogo de fatores incontrolláveis ela poderia fazer nascer um “poder irresistível”.

Sexta: Aqui Kant tenta responder a essa dificuldade, reconhecendo que o ser humano, sendo um animal de maus bofes, precisa “de um senhor que lhe quebrante a vontade própria e o force a obedecer a uma vontade universalmente válida”, de tal modo que, obedecendo-a, possa ainda “ser livre”.

Ele não explica, neste escrito, o que vem a ser uma “vontade universalmente válida”. Para encontrá-lo será preciso ler a *Crítica da Razão Prática*. Mas, do teor geral do documento, depreende-se que com esse conceito ele só pode estar designando uma vontade humana que corresponda ao desígnio geral e secreto da natureza, já que só esta, e não a pessoa humana concreta, é portadora da razão em sentido pleno.

Confirma-o o fato de que, linhas adiante, Kant admite que o “senhor”, o porta-voz da “vontade universalmente válida”, é também um bicho malvadinho sem a capacidade de tornar-se justo.

A sociedade racional, nesse sentido, é praticamente impossível, e só o que pode ser exigido dos seres humanos é que “se aproximem” dela como numa assíntota, sem jamais atingi-la.

Daí duas conclusões se impõem inexoravelmente:

(1) Se a sociedade racional não pode ser realizada, mas permanece sempre nada mais que um ideal, retornamos ao problema das séries infinitas e a expressão “últimas gerações” (Proposição Terceira) perde todo sentido.

(2) Mesmo no estágio mais alto que se possa alcançar na série das “aproximações sucessivas”, o homem não será jamais o portador autorizado da razão e continuará sempre a ser dirigido, inconscientemente, pelos desígnios invisíveis da natureza. Com isso, o projeto do “iluminismo” (v. § 7, adiante) torna-se apenas um *flatus vocis*.

Sétima: O mesmo jogo de sociabilidade-insociabilidade que existe entre os indivíduos vigora também entre os Estados. Daí, duas conclusões se impõem:

(1) Nenhuma ordem racional será possível num dos Estados se ela não predominar também entre todos eles. O objetivo final da natureza só pode portanto, segundo Kant, realizar-se em escala mundial.

(2) Tal como entre os indivíduos, nas relações entre os Estados são também as iniciativas brutais e egoístas que, pelo acúmulo de decepções e sofrimentos, levam a humanidade ao caminho da ordem final.

Mas há um problema: Kant, reconhecendo a dificuldade de chegar a essa ordem perfeita, só concebe duas hipóteses para tanto: ou tudo se produz por um jogo randômico de forças (“uma convergência epicuriana das causas”), ou, ao contrário, há uma intencionalidade oculta da natureza que leva à humanidade à consecução dos seus fins mais altos.

Não deixa de ser estranho que, num escrito que precede a apologia da liberdade em “Que é o Iluminismo?”, o autor não conceda à liberdade criativa do ser humano nenhum papel significativo na condução dos rumos da humanidade e, ao contrário, deixe tudo ao encargo do acaso e da necessidade natural. Esta última, em vez de constituir um obstáculo à liberdade, tendo de ser vencida por meio do esforço e da inventividade dos homens, é apresentada como se fosse ela própria a grande força libertadora que conduz ao final apoteótico.

Oitava: Se é portanto possível “encarar a história humana como a execução de um plano da natureza a fim de levar a cabo uma constituição estatal perfeita”, é certo também que a forma do curso que deve levar a esse resultado é complexo e imprevisível. No entanto, tão importante é que os homens vivos do tempo

presente se interessem pelo destino das gerações futuras mais remotas, que até mesmo “os mais débeis indícios” de que a humanidade esteja caminhando na direção da ordem estatal perfeita devem ser não somente levados em conta pelos filósofos, mas influenciar os governantes na adoção de princípios de governo que levem a esse fim.

Nona: Aqui o filósofo declara alto e bom som a finalidade dos seus esforços e a deste escrito em particular: “Um ensaio filosófico que procure elaborar toda a história mundial segundo um plano da natureza em vista da perfeita associação civil do gênero humano é não somente possível, mas deve, ele próprio, fomentar a realização desse propósito da natureza.”

Nada poderia ilustrar melhor a regra, já citada, de que “todo interesse é, em última análise, prático, e mesmo o da razão especulativa é apenas contingente, não se realizando plenamente senão no uso prático.”

Não há portanto o mais mínimo sinal de erro em considerar toda a obra de Kant, incluindo as suas incursões teóricas nos domínios mais abstratos e rarefeitos, como um esforço para chegar à suprema finalidade prática: a perfeita ordem interna de cada Estado dentro da ordem perfeita entre todos os Estados. Ou, como diríamos hoje, a Nova Ordem Mundial.